

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA E CONFORMIDADE

(Aprovado pela RD nº 02/232ª na Reunião de Diretoria Executiva em 16/10/2018)

Art. 1º. O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Comitê de Governança e Conformidade ("CGC"), que tem caráter permanente e é submetido à legislação aplicável e a este Regimento Interno ("Regimento").

§1º. Este Regimento e suas alterações serão aprovados pela Diretoria Executiva;

§2º. O CGC é a Área de Integridade, nos termos do artigo 15 do Decreto nº 8.945/2016 e a Área de Conformidade conforme estabelecido pelo artigo 73 do Estatuto Social da PPSA, sendo a instância responsável pela implementação e gestão da Política de Integridade da PPSA;

§3º. O CGC fica vinculado ao diretor-presidente e suas atividades conduzidas pelo diretor de administração, controle e finanças;

§4º. Aplicam-se ao CGC, complementando este Regimento, todas as disposições do Capítulo XV do Estatuto Social da PPSA;

Art. 2º. São membros permanentes do CGC nomeados pela Diretoria Executiva da PPSA e liderados pelo diretor de administração, controle e finanças:

I – 1 (um) empregado da diretoria de administração, controle e finanças.

II – 1 (um) empregado da presidência.

§1º. A função de membro do CGC é indelegável, devendo ser exercida respeitando-se os deveres de lealdade e diligência, bem como se evitando quaisquer situações de conflito que possam afetar os interesses da empresa;

§2º. Estão impedidos de serem designados ou permanecer no CGC empregados afastados por mais de 15 (quinze) dias;

§3º. No impedimento dos membros fixos o diretor-presidente nomeará substituto;

§4º. A composição do CGC e suas atribuições serão avaliadas anualmente pela Diretoria Executiva;

Art. 3º. Compete privativamente ao diretor de administração, controle e finanças na qualidade de membro do CGC:

I - Convocar, observado o disposto no Art. 4º abaixo, instalar e presidir as reuniões do CGC;

II - Representar o CGC no seu relacionamento com os órgãos da administração da empresa;

III - Convocar eventualmente outros participantes para reuniões do Comitê;

IV - Solicitar assessoria da Auditoria Interna da PPSA quando aplicável;

V - Cumprir e fazer cumprir este Regimento por todos os demais membros do CGC; e

VI – Apresentar o Plano de Integridade da PPSA aos órgãos da Administração.

§1º. As recomendações do CGC serão aprovadas por maioria de votos dos membros presentes às respectivas reuniões e serão levadas à Diretoria Executiva, quando aplicável;

§2º. O CGC enviará relatórios trimestrais de suas atividades à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;

Art. 4º. O CGC reunir-se-á sempre que convocado pelo seu diretor de administração, controle e finanças ou pelo diretor-presidente da PPSA.

§1º. As convocações das reuniões do CGC serão realizadas por e-mail, com no mínimo 3 (três) dias de antecedência da data da respectiva reunião, especificando a ordem do dia detalhada. Qualquer proposta e toda documentação necessária e correlata à ordem do dia deverão ser disponibilizadas aos membros do Comitê quando do envio da convocação;

§2º. A pauta das reuniões será elaborada pelo diretor de administração, controle e finanças, sendo que os demais membros poderão sugerir e requerer assuntos adicionais a serem apreciados pelo CGC;

§3º. As reuniões se instalarão com a presença de pelo menos dois dos membros do CGC;

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA E CONFORMIDADE

(Aprovado pela RD nº 02/232ª na Reunião de Diretoria Executiva em 16/10/2018)

§4º. Na hipótese de ser constatado conflito de interesses ou interesse particular de um dos membros do CGC em relação a determinado assunto a ser discutido, é dever do próprio membro comunicar, tempestivamente, tal fato aos demais membros;

§5º. Caso algum membro do CGC, que possa ter conflito de interesses com algum assunto a ser debatido no âmbito do Comitê não se manifeste, qualquer outro membro do Comitê que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo;

§6º. Uma vez identificado o conflito de interesse, a pessoa envolvida deverá se abster temporariamente da participação no CGC;

§7º. A manifestação da situação de conflito de interesses ou benefício particular conforme descrito nos parágrafos anteriores, e a subsequente incidência do disposto no Parágrafo 6º acima deverão constar da ata da reunião;

Art. 5º. Os assuntos, orientações, discussões e recomendações do CGC serão consignados em ata de reunião, que será lavrada no corpo do e-mail para todos os membros presentes com os pontos relevantes das discussões, as providências solicitadas e eventuais pontos de divergências entre os membros.

Art. 6º. Os membros do CGC deverão:

I - Comparecer às reuniões do CGC;

II - Discutir e deliberar sobre as pautas propostas abstendo-se nos casos previstos no parágrafo 7º, do artigo 4º deste Regimento Interno;

III - Colaborar em trabalhos, pesquisas ou pareceres solicitados pelo diretor de administração, controle e finanças;

IV - Cumprir treinamento anual mínimo de 3 horas, sendo o diretor de administração, controle e finanças, mínimo de 4 horas, sobre conformidade, integridade e governança;

Art. 7º. O CGC poderá vir a contar, para o exercício de suas atividades, com consultores externos e especialistas para a análise, discussão e implantação de soluções dos temas e matérias sob sua responsabilidade, zelando pela integridade e confidencialidade dos trabalhos.

§1º. A contratação prevista no caput poderá ser executada em regime de contratação de serviços e apoio técnico, em regime de terceirização de atividades e competências do CGC, respeitada previsão orçamentária, pela estrutura formal da empresa;

§2º. O CGC contará com a assessoria da Consultoria Jurídica e de quaisquer outras unidades internas da PPSA;

Art. 8º. Casos omissos neste Regimento serão dirimidos pelo diretor de administração, controle e finanças.